

## NOTAS HISTÓRICAS SOBRE O ESPORTE EM GOIÁS

CLEBER DIAS\*

O desenvolvimento histórico do esporte no Brasil está cronologicamente situado ao longo da segunda metade do século XIX, aproximadamente. Nessa época, clubes foram inaugurados, federações foram fundadas e um grande número de competições foi realizado (MELO, 2001). Novas concepções de uso do corpo progressivamente orientaram práticas e pedagogias. Geralmente, esse processo se fez acompanhar por um conjunto de outras transformações mais amplas, nas quais os esportes tomam parte. Basicamente, os esportes se integram e se articulam a edificação de um ideário de progresso urbanístico e modernização dos costumes.

No caso brasileiro, sabe-se que entre as décadas finais do século XIX e os anos iniciais do século XX, as populações de muitas cidades viviam já uma nova experiência urbana, marcada por ideais de velocidade, dinamismo e inovação, o que fazia do esporte uma prática simbolicamente atraente. Em São Paulo, a partir de 1875, já se tem notícias da fundação de espaços como o Clube de Corrida Paulistano, o São Paulo Athletic Clube, o rinque de patinação e o Velódromo Paulistano (FRANZINI, 2010). Em Minas Gerais, um projeto urbanístico para uma nova capital e o início da construção de Belo Horizonte, em 1895, anunciava desejos e expectativas das suas elites dirigentes por novos comportamentos e mentalidades, prevendo, inclusive, espaços para práticas como o turfe e o ciclismo. Entre 1895 e 1898, engenheiros da “Comissão Construtora da Nova Capital” já criavam instituições como *Club Sportivo* e o *Velo Club*, dedicadas, respectivamente, a introduzir e incentivar corridas de cavalo e o ciclismo entre os mineiros (RODRIGUES, 2010). Em Porto Alegre, o início das discussões sobre planos e medidas para embelezar e modernizar a cidade foi logo acompanhado por iniciativas como a realização de competições de remo e natação no Rio Guaíba a partir de 1888 (GOELNER, MAZO, 2010). Dinâmicas semelhantes e nessa mesma época tiveram lugar em Salvador, Aracaju, Recife e Natal (c.f. MELO, 2010).

Nesse contexto geral, interessa saber como o estado de Goiás, em particular, teria participado e se articulado a esse processo. A população goiana, por acaso, teria ficado à

---

\*Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Educação Física (Unicamp). Este estudo conta com financiamento do CNPq e da FAPEMIG. E-mail: cag.dias@bol.com.br

margem dessas transformações comportamentais? Goiás não teria experimentado também uma nova excitabilidade urbana ligada a este costume moderno chamado “*sport*”? Se sim, como exatamente se teria dado a assimilação dessas práticas? Se não, o que explicaria essa ausência (ou demora)? Desde o período Monárquico, a integração do Brasil Central era debatida pelas elites como uma espécie de “problema”. Constantemente, falava-se do quase total desconhecimento da região, das distâncias, das dificuldades de acesso, da inanição econômica ou da natural ociosidade e espírito pouco industrioso dos homens do sertão (GARCIA, 2010). Dentro dessas representações, Goiás, especificamente, desenvolve-se, desde essa época, sob o signo do atraso e do isolamento. Não por acaso, a historiografia sobre Goiás tem debatido abertamente essa questão sob vários pontos de vista. Nasr Chaul (2010), estudando relatos de viajantes e trabalhos de outros historiadores, concluiu que a aplicação da noção de decadência à Goiás é uma espécie de estigma construído; legado de viajantes estrangeiros que registraram suas impressões sobre Goiás sob “olhos embotados pela realidade européia”. Chaul, então, tenta demonstrar como na sociedade goiana sempre existira “muito mais de vida e vigor do que as interpretações sobre a decadência indicam” (p. 17).

Por outro lado, trabalhos recentes como os de Sonia Maria de Magalhães (2004), sobre a saúde e a alimentação em Goiás no século XIX, têm destacado um cenário bem menos dinâmico. Segundo ela, “a escassez, a carestia e por vezes a fome declarada afligiram cronicamente aquela sociedade” (MAGALHÃES, 2004: 680).

De fato, os relatórios dos presidentes de Província expressam uma preocupação constante com a salubridade goiana, bem como com a falta de recursos financeiros e outras dificuldades de toda ordem (GARCIA, 2010). Interpretações como as do brasileiro David McCreery, de certo modo, reforçam as conclusões de que o desenvolvimento geral de Goiás era lento, senão estagnado. Para McCreery (2006: 79), “se por indústria se está significando a produção de bens auxiliada por força não-animal, Goiás começou e terminou o século XIX na mais completa simplicidade [*innocence*]”.

Com efeito, Goiás esteve, de fato, bastante isolado geograficamente. A comunicação com outras regiões não era rápida, tampouco fácil. Em verdade, a viagem até a Província era tortuosa e demorada. Em 1822, as notícias sobre a Independência levaram mais de três meses para chegar até a capital. Ao longo de todo o século XIX, presidentes da Província protestaram reiteradamente contra a falta de recursos para o aprimoramento dos sistemas de transporte e comunicação, que eles mesmos identificavam como os principais responsáveis

pelas dificuldades econômicas pelas quais passava constantemente a Província. O quadro não se alterou significativamente com a Proclamação da República. Aliás, conforme registrou o senador goiano Olegário Pinto, até o início da década de 1920, gêneros dos mais diversos ainda eram importados do Rio de Janeiro e de São Paulo nas costas de animais ou em carros de bois. Em 1933, o juiz Eduardo Henrique de Souza Filho anotou que os efeitos da Revolução de 1930 ainda não haviam chegado a determinadas regiões do Estado (GARCIA, 2010).

Essa situação provavelmente condicionou o florescimento de práticas esportivas na região. Em diversos locais, o desenvolvimento histórico dos esportes esteve atrelado ao crescimento urbano, com suas inevitáveis inter-relações com a esfera econômica, mas também com o contingente populacional crescente. Segundo a famosa tese de Steven Riess, a evolução das cidades foi um dos principais fatores a influenciar, talvez mais que qualquer outro, segundo ele, o desenvolvimento dos esportes. Para Riess (1989), áreas urbanas ofereceram um conjunto de condições propícias a este processo, entre as quais, uma grande e concentrada massa populacional para jogar, assistir e consumir o espetáculo esportivo e os produtos a ele relacionados.

A dinâmica urbana de Goiás ao longo de todo o século XIX, no entanto, poder-se-ia caracterizar por relativa tranquilidade. Embora a população da região tenha aumentado progressivamente nesse período, a grande extensão do território imprimia-lhe uma densidade abaixo ao de outras regiões. Embora os dados estatísticos sobre o século XIX sejam, em geral, pouco confiáveis, Goiás é apontado como uma das regiões cuja contagem populacional foi mais sistemática nessa época. De acordo com as melhores estimativas disponíveis, a população da Província era de aproximadamente 150 mil almas em 1830, número que era de aproximadamente 591 mil no Rio de Janeiro, 602 mil em Pernambuco, 560 mil na Bahia e 930 mil em Minas Gerais. Entre 1854 e 1872, a população goiana inclusive decresceu, passando de 180 mil em 1854, para 160 mil em 1872. Nessa época, a título de comparação, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia já ultrapassavam a contagem de um milhão de habitantes (MARCÍLIO, 1973). Apenas a partir de 1909, já na Primeira República, o início da construção de estradas de ferro trariam novo rito de crescimento para Goiás. Antes disso, regra geral, o fluxo de pessoas e mercadorias não era grande, diferente do que acontecia em outras regiões do país, que por vezes viviam já ares mais cosmopolitas. Em certa medida, tudo isso comprometia a chegada de novas práticas que tão costumeiramente seguiram esses

trânsitos. Comprometia, mas por certo também não impedia de todo. Pois apesar das distâncias ou das dificuldades de comunicação com os centros de decisão política do país, algumas regiões de Goiás experimentavam certa agitação na vida urbana, bem como intercâmbios comerciais e trocas simbólicas mais intensas. Provavelmente foi este o contexto que favoreceu a chegada e a disseminação de práticas esportivas em Goiás.

De acordo com João Batista Alves Filho (1982), em trabalho sobre a história do futebol, a modalidade teria se iniciado em Goiás nos primeiros anos do século XX. Segundo ele, a presença de estudantes vindos de outras cidades (nomeadamente Rio de Janeiro e São Paulo) fora o estímulo decisivo para o início da prática inglesa nessa parte do Brasil Central. Nomeadamente, Walter Sócrates do Nascimento é apontado como o “fundador” do futebol em Goiás. Apesar de filho da terra, nascido em 1892, Walter viveu em São Paulo até os 14 anos, quando voltou a viver em Goiás. Teria trago consigo novos hábitos aprendidos no período em que estivera em São Paulo, entre os quais, o *football*. Nessa época, São Paulo já testemunhava uma clara popularização do futebol. Muitos dos mais de 50 mil operários que a cidade registrava em 1900, iam mostrando interesse crescente pela nova prática. Impedidos de freqüentar campos privados, como a chácara Dulley, utilizado para as partidas de críquete e futebol dos sócios do *São Paulo Athletic Club*, composto, basicamente, por ingleses ricos, os populares logo começaram a impor sua presença em outros tradicionais locais de jogo, como a Várzea do Carmo, por exemplo. Tanto que dirigentes do *Clube Atlético Paulistano*, outra espaço reservado às elites locais, acreditando que o futebol já não era mais praticado por “distintos cavalheiros”, incentivaram e apoiaram à Prefeitura paulistana na transformação do Velódromo da cidade em campo de futebol, garantido, assim, o afastamento da indesejável convivência com os “varzeanos canelas negras”, como começavam a ser chamados os negros e pobres entusiastas do futebol em princípios do século XX (NETO, 2002).

Vindo desta ambiência, onde não seria improvável ter assistido ou mesmo participado de partidas de futebol, Walter teria começado a organizar *matches* no Largo do Chafariz, ao lado do *Lyceu de Goiás*, entre os anos de 1907 e 1908. Em 1911, a cidade já conhecia três equipes, sendo *Associação Atlética União Goiana* a pioneira. Depois disso, ainda segundo a versão de Alves Filho, o futebol teria se irradiado para outras tantas partes do estado, desde as cidades de Rio Verde e Anápolis, até Jaraguá e Pirenópolis, passando por Inhumas e Itaberaí (ALVES FILHO, 1982).

Todavia, para além do culto a ação de indivíduos isolados, amplamente criticado na historiografia acadêmica sobre qualquer assunto, é preciso considerar também condições sociais mais amplas na determinação dos processos históricos, pois nem o futebol, nem qualquer outra manifestação cultural poderiam ter ocorrido apenas por causa das iniciativas individuais. Para isso, concorre a concatenação de um conjunto articulado de circunstâncias, todas de caráter social. Nesse sentido, mais do que a presença de Walter Sócrates do Nascimento, ainda que importante e influente, é possível que o *Lyceu de Goyaz*, criado em 1846 e única escola secundária pública da região até anos avançados do século XX (1929), tenha desempenhado um papel importante para o início da organização de práticas esportivas. Da época em que se têm notícias dessas primeiras partidas de futebol realizadas ao lado da escola e das quais participavam muitos dos seus alunos, o *Lyceude Goyaz* passava por transformações na esteira das mudanças deflagradas na própria educação brasileira como um todo.

Com avanços e retrocessos, o período imediatamente subsequente a Proclamação da República elegeu a educação como uma das temáticas do dia. Em 1890, a Reforma Benjamin Constant e a criação de um aparato burocrático especialmente voltado ao cuidado com a educação, tentaram substituir um modelo curricular humanista, por outro, de natureza científica, inspirado em ideais positivistas. Com relação à escola secundária, tentava-se dirimi-la do seu caráter de mero preparatório dos cursos superiores, imprimindo-lhe caráter autônomo e formativo. Além de um currículo que inclui as ciências de acordo com a classificação proposta por Augusto Comte, propõe-se, entre outras coisas, a inclusão de disciplinas como a Ginástica, as Evoluções Militares e a Esgrima. Inspirado em instituições análogas dos Estados Unidos, cria-se o *Pedagogium*, “centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a educação nacional”. Em 1891, a Revista Pedagógica, criada neste ano, na esteira desses mesmos acontecimentos, noticiava as “Instruções para a Comissão de Professores do Instituto Nacional dos Cegos que tem de ir á Europa por conta do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telegráfos”. Entre as instruções, a de fazer aquisição de todos os aparelhos e instrumentos necessários para o ensino da ginástica apropriada aos cegos.

Outra característica das políticas educacionais à época era sua tendência centralizadora, o que teria bastante impacto sobre o modo de organização das escolas de todo o Brasil. Segundo Jorge Nagle (1978: 277) “a União conservou, sem qualquer descuido, a sua

função normativa e fiscalizadora: tanto o Ginásio Nacional, depois Colégio Pedro II, federal, como as escolas superiores federais, ditavam os padrões a todas as escolas secundárias e superiores em todo o território nacional”. A má qualidade do ensino de escolas afastadas dos grandes centros, particularmente do Rio de Janeiro, desestimulava o reconhecimento das aprovações consentidas nessas regiões. O ingresso nas escolas superiores, sobretudo as de Medicina e Direito, faziam-se através de “exames gerais preparatórios”, às vezes aplicados pelas próprias faculdades. A situação, entretanto, gerava muitas críticas.

Em 1901, a fim de minorar os problemas, a reforma Epiácio Pessoa estabeleceu um regime de equivalência para os diplomas emitidos pelas escolas secundárias que adotassem planos de estudo semelhantes aos dos Colégios do Distrito Federal, nomeadamente o Ginásio Nacional. Nesse mesmo ano, o goiano José Xavier de Almeida, formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, elegeu-se presidente de Goiás. Seus relatórios anuais ao Congresso apontavam, desde o início, a instrução pública como “o assumpto que reclama urgentemente os mais solícitos cuidados dos poderes estaduais”. O relatório de 1905 registrava que:

As lacunas e incongruências no regulamento do Lyceu e da Eschola Normal, que a experiência e a observação haviam indicado, aconselhavam a expedição de um novo regulamento que, recebendo o influxo dos princípios pedagógicos, contribuisse eficazmente para melhorar o ensino nesses dous institutos [...] A rigorosa observância desse regimen muito contribui para melhorar a instrução secundaria. Collocar o Lyceu em condições de ser equiparado ao Gymnasio nacional é uma aspiração que deve ser realizada sem demora e para esse fim peço-vos as necessárias providencias (ALMEIDA, 2003: 21).

A preocupação crescente com os rumos da educação em Goiás e o empenho em adotar medidas para alcançar a equiparação do *Lyceu* com o Ginásio Nacional dá início ao que Genesco Ferreira Bretas (1991) chamara de “fase áurea do Liceu”. Segundo ele, nessa época, “a vida do Liceu era a vida da cidade” (p. 483). Em 1902, o número de matrículas da escola aumentou em 50% (BARROS, 2006). Parte da elite goiana começa a freqüentá-lo, ao invés das tradicionais aulas particulares tomadas geralmente no Rio de Janeiro, em São Paulo ou nos internatos do triângulo mineiro.

Desde sua fundação, em 1847, até o ano de 1904, o Liceu foi sempre o mesmo, sem progresso, passando por altos e baixos em sua administração, em seu funcionamento, ora melhor, ora pior, ora ameaçado de extinção, animando ou desanimando cada governo que entrava. Acompanhou a apatia da Capital, que também não progredia, com uma população que não passava de oito mil habitantes, pobre, estagnada e sem bons prognósticos de desenvolvimento futuro [...] Agora, na República, o ambiente era diferente. A compreensão e o cavalheirismo acabaram por ser o apanágio dos estudantes do Liceu. As exceções eram raras e eram controladas pelos próprios colegas de classe. Milagres da coeducação. Muito contribui para esse novo comportamento dos liceanos a pregação dos Bulhões, de Xavier de Almeida e de outros, moços formados em centros onde a coeducação era prática comum em colégios e academias (BRETAS, 1991: 471-473).

A disposição (e mesmo a necessidade política) de tomarem-se os programas de ensino do Colégio Pedro Segundo como modelo pode perfeitamente ter sido favorável a incorporação, se não de esportes propriamente ditos, de outras tipos sistemáticos de atividades físicas. Segundo Cunha Junior (2008), o Colégio Pedro Segundo oferecia aos seus alunos aulas de *gymnastica* desde 1841. é bem verdade que o *Lyceude Goiás* acabou por não conhecer em seus currículos aulas de ginástica ou quaisquer outros exercícios, embora se anunciasse inúmeras vezes que seus programas de ensino tinham por modelo o Colégio Imperial de Pedro Segundo. Todavia, em 1900, através do Decreto 611, que criava novo regulamento para o Liceu, faz-se menção explícita a essas práticas, no momento em que o recreio é regulamentado como espaço de tempo a ser destinado aos exercícios físicos, compreendendo “marchas”, “ginástica moderada” e “cantos patrióticos”.

## Referências

ALMEIDA, José Xavier de. Mensagem apresentada ao Congresso na abertura da 2ª sessão da 4ª legislatura, pelo presidente do estado, dr. José Xavier de Almeida, em 24 de maio de 1902. In: *Memórias goianas: relatórios dos governos do Estado de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003, vol. 16.

ALVES FILHO, João Batista. *Arquivos do futebol Goiano*. Goiânia: O Popular, 1982.

BARROS, Fernanda. *Lyceu de Goyaz: elitização endossada pela oligarquias goianas, 1906-1937*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública de Goiás*. Goiânia: Cegraf / UFG, 1991.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2 ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2010.

CUNHA JUNIOR, Carlos F. F. da. *O imperial collegio de Pedro II: o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FRANZINI, Fabio. Esporte, cidade e modernidade: São Paulo. In: MELO, Victor (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri / Faperj, 2010, p. 49-70.

GARCIA, L. F. Goyaz: uma província do sertão. Goiânia: Ed. da PUC GO / Cânone, 2010.

GOELNER, Silvana; MAZO, Janice. Esporte, cidade e modernidade: Porto Alegre. In: MELO, Victor (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri / Faperj, 2010, p. 168-192.

MAGALHÃES, Sônia M. de. Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 3, p. 661-83, set.-dez. 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento da população brasileira até 1872. *Cadernos Cebrap*, n. 16, p. 2-26, 1973.

MELO, Victor (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri / Faperj, 2010.

MELO, Victor. *Cidadesportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Faperj, 2001.

NAGLE, Jorge. Educação na Primeira República. In: FAUSTO, B (org.). *História geral da civilização brasileira*. vol. II, tomo III, São Paulo: Difel, 1978, p. 261-291.

NETO, José Moraes dos Santos. *Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

RIESS, Steve. *City games: the evolution of American urban society and the rise of sports*. Chicago: University of Illinois Press, 1989.

RODRIGUES, Marilita A. A. Esporte, cidade e modernidade: Belo Horizonte. In: MELO, Victor (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri / Faperj, 2010, p. 97-130.